

4

A Educação na Primeira República: da obscuridade às “luzes”

A transição entre o Império e a República é a grande primeira mudança no regime político brasileiro desde a Independência do Brasil, em 1822. Pelo menos em tese, o povo deveria protagonizar os eventos e acontecimentos da Nação, sendo colocado “na vanguarda do progresso da pátria” (Murilo de Carvalho, 1987, p. 12). O projeto socio-político-cultural e, sobretudo, educacional dos primeiros anos da República almejava a formação do cidadão sob a luz da ciência e dos valores morais e cívicos, princípios positivistas³⁹ que guiavam as idéias da intelectualidade republicana.

Caberia à escola a tarefa de educar o povo tendo esses cânones como guia. Os republicanos reafirmaram a educação como fundamental à consolidação do novo regime político e basilar para o projeto de reforma de construção de uma nova e regenerada sociedade brasileira. O que se mostra, na verdade, é muito mais a vontade de se concretizar um ideal de “ordem e progresso” do que, de fato, a realização efetiva destas palavras.

Quase cem anos depois da chegada da família real, o Rio de Janeiro sofre uma profunda reforma urbanística no governo do Prefeito Pereira Passos (1903 a 1906) que remodela todo o centro da cidade, operação conhecida como o “Bota Abaixo”. O discurso higienista é um dos carros-chefes que mobilizam essa mudança, afetando não só o espaço urbano, mas também os modos e costumes da população. Este discurso, aliado à engenharia (Oswaldo Cruz, médico sanitariano, foi chefe do Departamento Geral de Saúde Pública no governo de Pereira Passos, que era engenheiro) promoveu e justificou as mudanças da capital, visto que, cercada de muitos morros e construções da época imperial, sua atmosfera era considerada insalubre. Pereira Passos é considerado um “Haussmann Tropical” por Benchimol (1990), em referência a Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) que, ocupando diversos cargos políticos, modernizou urbanisticamente a capital francesa em um período de 17 anos (de 1860 a 1877).

³⁹ Positivismo é o nome da doutrina criada por Auguste Comte (1798-1857) no final do século XIX, a qual tinha por base a Razão na busca da organização da sociedade. Segundo Murilo de Carvalho (1987, p. 22), são princípios da ciência positivista comtiana presentes nos ideais da Primeira República a noção de pátria: “a pátria é a mediação necessária entre a família e a humanidade, é a medida necessária para o desenvolvimento do instinto social”. O lema da bandeira nacional brasileira – ordem e progresso -, é de orientação positivista.

É exatamente sobre os princípios estéticos, filosóficos e políticos da Primeira República e como a educação tem papel de destaque nessa trama, o que trata o presente capítulo, isto porque a análise dos acontecimentos dessa época permite uma articulação intertextual que necessito para contextualizar a foto, entendendo-a em seu sentido manifesto – a técnica e o que está ali representado; e em seu sentido latente – os símbolos representados pela disposição que é mostrada na imagem.

4.1

Civilidade e Progresso – uma nova estética para uma nova cidade

No final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro não era tão maravilhosa assim, como a cidade cantada posteriormente nos versos de André Filho⁴⁰. O coração da cidade - o Centro – foi palco da execução de vários planos urbanísticos. Contudo, a princípio, era permitido aos moradores construir onde lhes aprouvesse, abrindo caminhos, trilhas, picadas que permitissem a circulação, sem uma preocupação estética ou um traçado planejado. Por sua localização privilegiada, no século XVIII, torna-se o mais importante porto do país no escoamento dos carregamentos de ouro das Minas Gerais (MG). Com tal destaque, em 1763 é alçada à sede do Governo Geral, substituindo a cidade de Salvador nessa função.

A vida nervosa e turbulenta de uma capital com oportunidades de trabalho atrai pessoas de toda parte, havendo um aumento da população, o que demanda novas obras que possam atender minimamente as condições de vida na cidade. Essa idéia toma maior força com a chegada da Família Real à cidade em 1808, o que traz fôlego à paisagem urbanística com um grupo de artistas franceses encarregados de “modernizar” a arquitetura da capital. E mesmo sendo moradia da família imperial, faltavam-lhe infra-estrutura e saneamento básico, obras que assegurassem a limpeza e a salubridade urbana. Doenças como a febre amarela, varíola, malária, tuberculose eram bastante comuns, grassando entre a população, principalmente entre a população mais pobre.

⁴⁰ Refiro-me à canção Cidade Maravilhosa composta por André Filho em 1934, que em 1970 foi tornada hino oficial da cidade do Rio de Janeiro (<http://jg.globo.com/JGlobo/0,19125,VTJ0-2742-20060321-156520,00.html>). Acesso em 30 abril 2007). Porém, o título de Cidade Maravilhosa já tinha sido dado à cidade desde 1908 pelo escritor Coelho Neto.

(Kok, 2005, p. 80; disponível em <<http://www.aprendario.com.br/index.asp>>. Acesso em 20 jan 2008).

Não é à toa que a preocupação maior que perpassa todo período da Primeira República ou República Velha⁴¹ é com a saúde e a higiene, posto que um país “moderno” é um país limpo, ordeiro, bem cuidado numa primeira instância. Desse modo, presidentes, prefeitos, autoridades, intelectuais da época, imbuídos dos princípios morais e higiênicos, tomaram para si a empreitada da construção da nação, com propostas, por vezes, vistas como radicais, tal como foi a do Prefeito Pereira Passos, entre os anos de 1903 a 1906 à frente da Prefeitura do Distrito Federal, cidade do Rio de Janeiro.

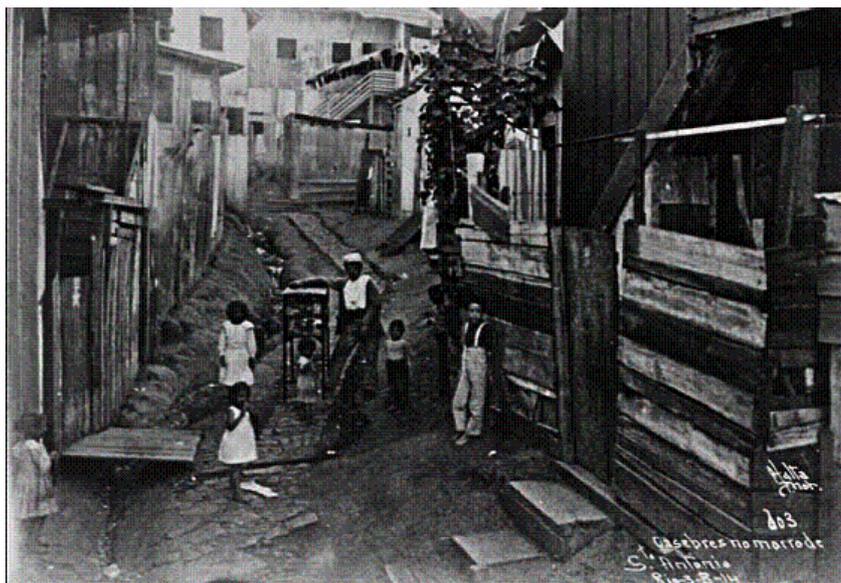


Foto 13
Casebres no Morro de Santo Antonio, Rio
Foto de Augusto Malta- 3.3.1914⁴²

Em uma visão mais ampla, a linha do tempo disposta a seguir, pode ser uma opção didática para a visualização da sucessão dos Presidentes e Prefeitos que governaram respectivamente, o Distrito Federal, então situado na cidade do Rio de Janeiro. A idéia de uma linha do tempo para a visualização do estudo foi inspirada no livro “Evidentemente. Histórias da Educação”, de António Nóvoa (2005). O autor trata da educação de Portugal no século XIX e XX, discutindo sobre os documentos e a implementação do sistema educacional português à época, o que traz uma visualidade do que se discute.

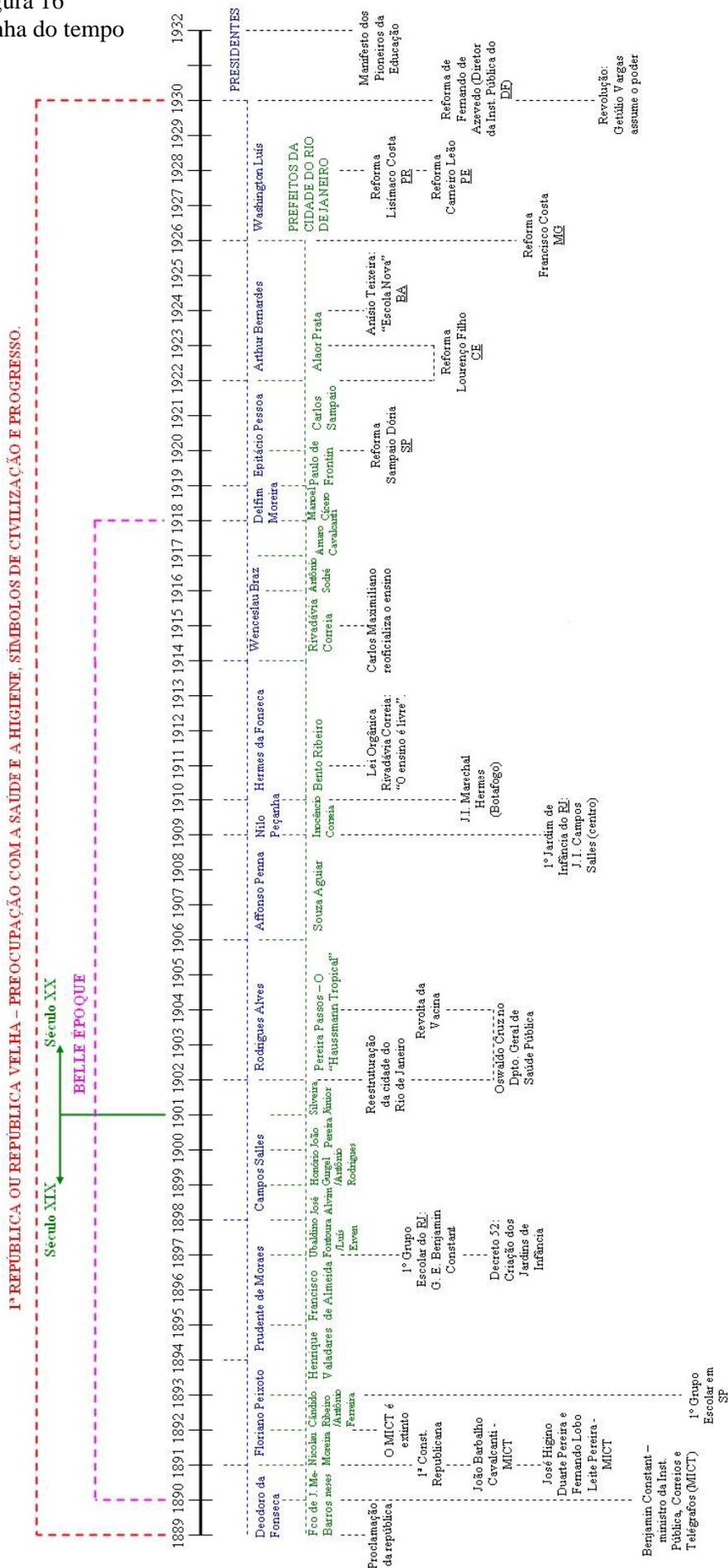
⁴¹ Segundo a historiografia brasileira, República Velha ou Primeira República é o período que vai de 1890 a 1930, sendo encerrado com a Revolução Constitucionalista de 1930, comandada por Getúlio Vargas.

⁴² Disponível em

<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/hist31f.htm>.

Acesso 15 jan 2008.

Figura 16
Linha do tempo



Francisco Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro - Distrito Federal, capital da República -, nomeado pelo Presidente Rodrigues Alves, realizou a grande “limpeza” do centro da cidade do Rio de Janeiro, operação conhecida como o “Bota-Abaixo”. A urbe se torna, no século XIX,

alvo preferencial das idealizações e ações que tentavam atualizá-la tanto do ponto de vista funcional como estético [...]. Nesse sentido, todo o equipamento mental de uma época é mobilizado para renovar os conceitos e modelar a ação sobre a cidade deletéria que se queria transformar (Santos, 2001, p. IX).

A cidade, principalmente o Centro, conhecida por seus ares insalubres, é palco de uma grande experiência técnico-científica⁴³ e, “não é por acaso que os médicos elaboram, desde o final do século XVIII, verdadeiros diagnósticos do espaço urbano, propondo intervenções cirúrgicas na paisagem, como a derrubada de alguns morros cariocas para favorecer a aeração e a eliminação dos miasmas” (id., ib., p. XI)⁴⁴. Os congressos e encontros sobre higiene aconteciam em várias



Figura 17
Cartaz da Exposição Internacional de Higiene - 1907

⁴³Intervenção técnica visto ser Pereira Passos engenheiro; científica, pois Passos conta, na coordenação da reforma, com o médico sanitarista Oswaldo Cruz, nomeado Diretor Geral da Saúde Pública: “não por acaso, muitos dos chefes do governo municipal no período em foco [Primeira República] foram médicos ou engenheiros. Dos seis primeiros, quatro foram médicos, um engenheiro militar e apenas um tinha a formação tradicional da elite política brasileira, a jurídica. O exemplo mais óbvio é naturalmente o do engenheiro Pereira Passos.”(Murilo de Carvalho, 1987, p. 35). Cito também Maria Inez Turazzi (1989) com o livro “A euforia do progresso e a imposição da ordem”, no qual a autora apresenta um estudo sobre “a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX”, analisando essa temática na cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁴ Vale o esclarecimento: “no século XVIII, torna-se bastante popular a teoria dos miasmas, para explicar não apenas as enfermidades dos pântanos, mas todas as doenças produzidas por cheiros de coisas estragadas e podres. A limpeza não é um problema estético: é uma questão de saúde, ou seja, de higiene (no sentido original da palavra). E o melhor guia para se livrar das doenças é a orientação do nariz. [...] Durante o século XVIII, mantinha-se a idéia de que os perfumes podiam combater os efeitos nocivos dos miasmas; mas aos poucos vai-se preferindo eliminar os próprios fedores, ao invés de escondê-los. Passa-se a dar grande importância à ventilação das residências, para que seu ar seja renovado e purificado”. Disponível em:

<<http://www.ifi.unicamp.br/~ghtc/Contagio/pag144.html>>. Acesso 30 out 2007.

partes do mundo, sendo suas descobertas alardeadas e postas em prática nas nações “civilizadas”.

O projeto de remodelação, que inclui a regeneração do espaço central da cidade, toma corpo material, concretizando-se em obras com a abertura de novas ruas e avenidas, praças, construção de prédios arejados e favoráveis à saúde. Passos tem como inspiração para essa profunda mudança a grande reforma operada por Georges Eugène Haussmann em Paris, que transformou a Cidade Luz “no modelo de metrópole industrial moderna imitada em todo o mundo” (Benchimol, 1990, p. 192). Haussmann, em seu plano de reurbanização, pretendia

isolar os grandes edifícios, palácios e quartéis, de maneira que resultem mais agradáveis à vista, e que permitam acesso mais fácil nos dias de celebração de atos, e simplifiquem a defesa nos momentos de revolta. As novas avenidas facilitariam o rápido acesso e movimentação das tropas pela cidade. (id., ib., p. 193).



Foto 14
Cartão Postal
Paris – L’Avenue de l’Opéra
1880 - 1890 ; sem autoria⁴⁵

Pereira Passos acompanhou obras importantes na capital francesa no período em que ocupava o cargo de adido brasileiro em Paris, entre 1857 até 1860⁴⁶. Dentre essas obras, a abertura dos bulevares, largas avenidas arejadas, com fachadas idênticas em ambos os lados, marcou um novo modelo de urbanização: os bulevares atendiam A razões de

⁴⁵ Foto do livro “Rio de Janeiro na época da Av. Central” (Kok, 2005, p. 38). Disponível em: <<http://www.aprendario.com.br/index.asp>>. Acesso em 20 jan 2008.

⁴⁶ Benchimol (1990, p. 192) cita como obras que Passos acompanhou no tempo em que passou em Paris a construção da estrada de ferro entre Paris e Lyon, as obras do porto de Marselha, a abertura dos bulevares do centro de Paris, entre outras.

ordem sanitária e às novas exigências de circulação urbana colocadas pelo desenvolvimento da grande indústria. Transformados num paradigma urbanístico para todas as capitais do mundo,

no símbolo maior de seu **ingresso na “civilização”** e na modernidade capitalista [...]. Haussmann deu-lhes o caráter de grandes artérias para atender ao tráfego pesado e articular os principais terminais de circulação da força de trabalho e das mercadorias no centro comercial (Benchimol, 1990, p. 193 ; aspas no original; grifos meus).



Foto 15
Avenida Central
Augusto Malta - 07/10/1906⁴⁷

Os princípios de civilidade empreendidos em Paris eram exatos e serviam com perfeição para alavancar o progresso tão esperado para o Brasil, sendo colocados em prática justo na capital do país, para que esta ressurgisse como “o espelho e a vitrine”. Segundo Kessel⁴⁸ (2001, p. 6; grifos no original), “*vitrine* no sentido metafórico de definir a cidade como espaço a ser transformado, como objeto a ser exposto, exibido aos outros, aos estrangeiros”, marcando uma visão comum às elites de modificar a cidade, fazendo dela um

⁴⁷Foto disponível em <<http://acervos.ims.uol.com.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em 20 jan 2008.

⁴⁸ A obra de Kessel (2001), analisa a gestão do Prefeito Carlos Sampaio (1920-1922), na qual ocorreram também importantes mudanças no espaço urbano do Centro da cidade de Janeiro, tais como a demolição do Morro do Castelo, marco de fundação da cidade. O autor estuda a continuação das mudanças iniciadas por Passos, ressaltando o papel de Sampaio em diversos projetos e obras empreendidos posteriormente na cidade.

lugar do qual todos podem se orgulhar – “e onde poderiam se ver, se admirar”.

Essa idéia de reflexo – espelho -, modelo por excelência, é também aludida por Murilo de Carvalho (1987, p.12-13) quando aponta que o Rio de Janeiro dos primeiros anos da República era a maior cidade do país, com mais de 500 mil habitantes. “Capital política e administrativa, estava em condições de ser também, pelo menos em tese, o melhor terreno para o desenvolvimento da cidadania. [...] O comportamento político de sua população tinha reflexos imediatos no resto do país”. O autor utiliza a expressão - “O Rio podia ser caixa de ressonância” (id., p. 33), ressaltando a importância das ações empreendidas na cidade e o alcance dessas por todo o país, quicá pelo mundo.

Na esteira da modernidade, Pereira Passos, engenheiro-administrador de vanguarda, homem de projetos arrojados para alguns; para outros, um déspota, documentou as modificações da cidade criando o cargo de “fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro”, ocupado durante 33 anos, de 1903 a 1936, por Augusto Malta que é considerado, pela voz corrente, cronista visual da cidade do Rio de Janeiro. Essa idéia de documentar pela fotografia, Pereira Passos a toma como exemplo de Haussmann, que documentou passo a passo as mudanças de Paris, formalizando um acervo visual importantíssimo da remodelação da “cidade-luz”: uma nova forma de registro para uma nova cidade.

Malta registrava o andamento das obras: a destruição do casario, a abertura de ruas e avenidas que antes eram escuras e apertadas vielas, as inaugurações das praças e edifícios, com a presença das autoridades, e do povo em seus ofícios e afazeres. Fotografava os quarteirões a demolir e demolidos, escolas, hospitais, prédios históricos, figuras e personalidades, enfim, o que estivesse ao alcance de sua lente para registrar o momento para a posteridade.

A importância de Malta vai além da administração municipal de Pereira Passos, passando por Souza Aguiar, Carlos Sampaio, Prado Junior, Alaor Prata e Pedro Ernesto. Mesmo aposentado, continuou fotografando aspectos, festas e peculiaridades da cidade, estimando-se seu acervo em aproximadamente 80.000 fotos, 2600 negativos de vidro e 40 negativos panorâmicos.⁴⁹ As fotos que são objeto de minha análise, muitas têm a autoria de Malta, confirmando sua importância na construção do acervo de imagens da cidade, que testemunham épocas.

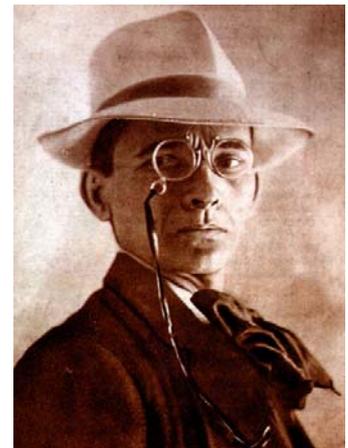


Foto 16
Augusto Malta

⁴⁹ Boa parte desse acervo encontra-se hoje no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.almacarioca.com.br/malta.htm>>. Acesso 20 set 2007.



Foto 17

Obras de abertura da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco
Foto de Augusto Malta, 1905⁵⁰

A fotografia é objeto de representação material e simbólico e, em termos mais amplos, uma das funções da imagem é a de estabelecer relações com o mundo, tentando explicar visualmente, por um discurso não verbal, o lugar que as coisas e as pessoas ocupam. Levando-se em conta que a produção de imagens nunca é gratuita e que estas são fabricadas para usos predeterminados, coletivos ou individuais, há de se perguntar a quem se destinavam as fotografias da narrativa visual da remodelação, registrada por Malta.

Fazendo uso das palavras de Aumont, é bem provável que destinavam-se ao “espectador, aquele sujeito que olha a imagem, aquele para quem ela é feita” (1993, p. 14). Ainda, para o autor,

esse espectador jamais tem, com as imagens que olha, uma relação abstrata, “pura”, separada de toda realidade concreta. Ao contrário, a visão efetiva das imagens realiza-se em um contexto multiplamente determinado: contexto social, contexto institucional, contexto técnico, contexto ideológico. (...) fatores “situacionais” (id., ib., p. 15; aspas no original).

A cidade do Rio de Janeiro era, há muito, centro dos acontecimentos históricos e políticos importantes do Brasil: como a capital da República torna-se “palco mais favorável para o exercício das visibilidades simbólicas”, no dizer de

⁵⁰ Disponível em: < <http://zrak7.ifrance.com/av-central-1905.jpg> >.

Acesso em: 15 jan 2008.

Nacif (2000, p.227). Visibilidades atestadas pela vocação estética da cidade. Nas décadas iniciais do século XX, ser fotografado na Avenida Central era sinônimo de modernidade. A calçada decorada em pedras portuguesas pretas e brancas, com desenhos em estilo *art nouveau*, as lojas com suas vitrines de desejáveis mercadorias, os prédios recém construídos, todo esse cenário conduzia à apreciação estética, a mexer com os sentidos: ver as modas, ir ao centro para ver as vitrines, ouvir as conversas, respirar o ar puro renovado com a brisa do mar, tatear as luvas e tecidos importados, degustar o café à beira da Avenida. Tudo concorria para o êxtase estético (desfile) nessa passarela ao ar livre.



Foto 18
Senhoras na Avenida Central
Provavelmente década de 1910
Sem autoria⁵¹

⁵¹ Foto disponível em:

<http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://sp0.fotologs.net/photo/48/39/112/andredecourt/1123767123_f.jpg&imgrefurl=http://www1.fotolog.com/andredecourt/11476776&h=341&w=500&sz=29&hl=ptBR&start=3&tbnid=QPRiW9u5ri2qM:&tbnh=89&tbnw=130&prev=/images%3Fq%3Dparc%2Broyal%26gbv%3D2%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DG>

Acesso em: 10 mar 2008. A foto vem acompanhada do seguinte texto: “O ‘Chic’ é no Parc Royal - A Parc Royal era uma das lojas, na realidade um Magazin, mais sofisticadas da cidade no final do século XIX e início dos XX, sua matriz ficava no Largo de São Francisco ao lado da igreja, tendo sido ampliada durante os anos, de um típico imóvel de um só andar dos primeiros anos, até um grande prédio eclético nos anos 10. Em 9 de Julho de 1943 o prédio do Parc Royal foi protagonista do então maior incêndio urbano Rio, destruindo praticamente toda a construção e tomando quase meio dia de trabalho dos bombeiros para ser controlado. Em virtude do fogo o prédio desabou parcialmente e foi demolido, para alargar a então travessa São Francisco de Paula a prefeitura desapropriou o terreno, criando então a Rua Ramalho Ortigão, que foi proprietário do Parc Royal”.

Nesse sentido, há de ser reconhecida a importância do contexto, da trama social como determinante na maneira de conhecer, entender e fruir a imagem, posto que esta faz-se instrumento mediador entre o espectador, aquele que olha, e a realidade, daquele que a vive enquanto observa. A fotografia de Augusto Malta tornava-se uma propaganda, um documentário de instauração de novos modos, de uma nova conduta, de um novo cidadão. Era executada para dar a ver e, de certa forma, educar o habitante da nova cidade aos novos modos, sob novos cânones estéticos e sociais. Parecia formar uma “cartilha visual” na qual os analfabetos dos modos e costumes aprenderiam a ler e a exercer comportamentos condizentes com a civilização, com o que havia de mais moderno e adequado aos novos tempos.

O trabalho de Malta tomou uma função político-social, ou seja, a de deixar registros de uma administração arrojada e realizadora, além de disseminar uma nova cultura, a cultura da higiene, da limpeza, da civilização:

a fotografia de Malta foi um veículo que por meio de suas composições, ditavam moda, estabeleciam comportamento, valores e normas, criando uma ilusão do real de acordo com uma determinada forma de ver e reproduzir o mundo que representavam” (Souza, 2006, p. 20)⁵².

Assim, nesse novo espaço limpo, arejado, amplo, bonito enfim, uma nova estética se firmava, ideal que tinha que ser plenamente aceito e divulgado à população urbana que circulava por essa nova maneira de viver:

abriu-se espaço para o mundo elegante que anteriormente se limitava aos bairros chiques, como Botafogo, e se espremia na rua do Ouvidor. O *footing* passou a ser feito nos 33 metros de largura da avenida Central, quando não se preferia um passeio de carro pela avenida Beira-Mar. No Rio reformado circulava o mundo *belle-époque* fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro (Murilo de Carvalho, 1987, p. 40-41; grifos no original).

⁵² Disponível em:

<<http://www.historiainagem.com.br/edicao2abril2006/maltafotografia.pdf>>. Acesso em: 20 set 2007.

A *Belle-Époque*⁵³ se impôs a partir do modelo francês que inspirava a modernização da cidade. Era preciso ser também moderno e europeizar os termos que, doravante, designariam os hábitos e costumes cariocas. Dessa forma, havia também a necessidade de uma nova educação que apregoasse e, sobretudo, incutisse esses novos ideais, principalmente nas novas gerações que haveriam de preservar as mudanças empreendidas. O propósito das mudanças passava por se livrar desse Brasil da “vergonha”. Assim, a preocupação da Prefeitura também tinha como alvo a educação primária, como acena Kessel (2001, p.14):

além de zelar pela assistência médica, a prefeitura estava encarregada de ministrar educação primária [...]. A percepção geral era de que as 314 escolas municipais eram insuficientes para acolher a demanda das crianças em idade escolar; o déficit de escolas, assim como o do orçamento, passava a ser um tema recorrente para as administrações municipais.

Demanda urgente, em se levando em conta a heterogeneidade da população urbana à época, a qual, segundo Murilo de Carvalho (id., p. 18),

poderia ser comparada às classes perigosas de que se falava na primeira metade do século XIX. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e de navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (a palavra já existia). E, é claro, a figura tipicamente carioca de capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país [...].

Havia, nesse contexto, a necessidade de se apostar em algo, em alguma instituição que tomasse para si a tarefa da civilização dessa população para que o país, de fato, ingressasse na modernidade, que fizesse valer o esforço de remodelação, de limpeza, de regeneração do espaço urbano, para que o Rio de Janeiro assumisse e vivenciasse

⁵³ Belle Époque - “expressão que designa o clima intelectual e artístico do período que vai aproximadamente de 1880 até o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Foi uma época marcada por profundas transformações culturais que se traduziram em novos modos de pensar e viver o cotidiano. Inovações tecnológicas como o telefone, o telégrafo sem fio, o cinema, a bicicleta, o automóvel, o avião, inspiravam novas percepções da realidade. Com seus cafés-concertos, balés, operetas, livrarias, teatros, boulevards e alta costura, Paris era considerada o centro produtor e exportador da cultura mundial. [...] Ir a Paris ao menos uma vez por ano era quase uma obrigação entre as elites, pois garantia seu vínculo com a atualidade do mundo”. Disponível em:

<http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/glossario/ev_gl_belleepoque.htm. Acesso em: 30 out 2007.

plenamente sua vocação de parâmetro para o resto de país e do mundo⁵⁴.

Nesse sentido, aliada à preocupação da limpeza e arrumação do espaço urbano, havia a tarefa da conversão dessa população mista e desorganizada em cidadãos, visto ser a República formada por cidadãos, habitantes da cidade, e não mais súditos e escravos como nos tempos imperiais. E para a eleição dos legítimos representantes do povo teria de se implantar o sufrágio, o que não era para todos⁵⁵, visto ser a maior parte dessa população, analfabeta: “exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se esse direito” (Murilo de Carvalho, 1987, p.45).

Mais um fato tornava o investimento na educação tarefa urgente: com a maioria da população analfabeta, o sistema republicano poderia estar seriamente comprometido com a falta de quórum nas eleições, pois só votariam aqueles que soubessem ler e escrever. Assim, providenciar instrução à massa torna-se imperativo para a garantia da nova forma de governo implantada.

Nesse contexto efervescente de modificações da ordem do simbólico⁵⁶, dos valores, e do material, a cidade e suas construções, enfim, “a busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889-1930)” (Murilo de Carvalho, 1990, p. 32), sendo a educação, a via eleita para a transformação dessa massa heterogênea em pessoas civilizadas, educadas nos moldes de um país realmente ordeiro e progressista.

Uma escola que articulasse em seu projeto pedagógico a instauração e manutenção da ordem - condição precípua para o progresso -, preceitos higiênicos, visando o cuidado físico e moral, que veiculasse valores tais como o amor à pátria, o respeito e a veneração aos símbolos que a representam – a bandeira, os hinos etc -, era parte de um projeto civilizatório nacional, que alçaria o país ao patamar

⁵⁴ Costa e Schwarcz (2000) utilizam-se da palavra “cenografia” para descrever o cenário das obras de Passos, a qual, a meu ver, é uma escolha acertada.

⁵⁵ Nessa época, estavam excluídos da votação os analfabetos e as mulheres. A mulher, no Brasil, só teve direito ao voto em 1932, após árduas lutas.

⁵⁶ À guisa de curiosidade quanto à esfera do simbólico, o livro “A Interpretação dos Sonhos, de Sigmund Freud é lançado em 1899/ 1900, trazendo novas possibilidades de olhares para a mente humana. Além desse ponto, Costa e Schwarcz (2000, p. 24-27) ressaltam que há, no Brasil na aurora da primeira República, “uma verdadeira batalha simbólica, [...] quando nomes, hinos, bandeiras, heróis e modelos são substituídos (ou alterados os seus significados), com o intuito de marcar a diferença”. José Murilo de Carvalho (1990) em seu livro “A formação das almas” discute mais amiúde a questão da eleição dos símbolos pátrios republicanos.

das grandes nações do mundo, tais como França, Inglaterra e Estados Unidos.

Através do artigo de Ana Paula Pupo Correia (2002), tomo conhecimento do livro de Anne-Marie Châtelet, “La naissance de l’architecture scolaire” (1999), que relata, no período que ela descreve entre 1870-1914, a arquitetura de prédios escolares parisienses como parte da implantação de uma nova dinâmica socio-histórica e política à época, processo semelhante ao que o período de minha tese abrange, o que não é coincidência de acontecer também no Brasil, visto ser o Rio de Janeiro remodelado a exemplo de Paris.

A arquitetura dos prédios escolares é, pois, mais um dos fios na trama das relações simbólicas, dos usos e costumes da época. Marcílio emprega a expressão “Era da Escola” ao referir-se a este projeto de construção de uma rede escolar no Brasil:

há de se considerar que, ao longo do século XX, foi construída, gradativamente, a verdadeira Era da Escola no país, montando-se novos tipos e novos arranjos de escolas, erguendo-se os primeiros prédios escolares, estabelecendo-se uma nova concepção de ensino verticalizado, seriado, sucessivo, articulado, indo do jardim-de-infância até a universidade, e estendendo-se a escolarização no sentido horizontal – geográfico e sociológico. Foi no século XX que entraram definitivamente na vida das famílias, dos costumes e da sociedade o ritmo, o tempo e a rotina da escola. Foi nesse século que foram montados gradativamente os sistemas de ensino articulados (Marcílio, 2005, p. 128).

Os prédios escolares⁵⁷ acompanhavam a retórica dessa nova estética da salubridade e da ordem. Estes são um dos símbolos escolhidos pelos intelectuais da Primeira República para a divulgação dos valores republicanos. No Rio de Janeiro, o Imperador D. Pedro II já tinha dado os primeiros passos nessa direção, construindo as “Escolas do Imperador”.

A partir de 1870, surgem as “Escolas do Imperador”, estabelecidas em prédios próprios, para a instrução primária no Município da Corte, a partir da iniciativa de D. Pedro II de não aceitar a construção de uma estátua equestre em sua homenagem, e da ação da Câmara Municipal da Corte, que mandou construir a “Escola da Freguesia de Sant’Anna – Escola São Sebastião”, usando também recursos dos cofres

⁵⁷ Dentre os autores que dedicam-se ao estudo dessa temática, cito Antonio Viñao Frago e Agustín Escolano, com o estudo “Currículo, espaço e subjetividade” (DP&A, 2001); e Marcus Levy Albino Bencostta (org.), com o título “História da Educação, Arquitetura e espaço escolar” (Cortez, 2005). Há também vários estudos versando sobre o tema, dentre os quais destaco a recente dissertação de Najar Roberto Porcel, “República e Educação: as imagens arquitetônicas e jornalísticas do Grupo Escolar Barão de Monte Santo (Mococa-SP)”, (Unicamp, 2007).

municipais, a primeira “Escola do Imperador”. A partir daí, ou através da associação de verbas governamentais com capitais particulares, ou através de subscrições públicas, outras escolas foram erguidas.⁵⁸ Essa idéia foi retomada pelos princípios da Primeira República com mais força e determinação, pois os prédios escolares seriam os “templos do saber”, atestando a nova ordem que deveria tornar-se a regra⁵⁹.

Por ser fotógrafo-documentarista oficial, Augusto Malta fotografava também os prédios escolares, principalmente dentre desse contexto de estabelecimento do simbolismo material que traziam os novos prédios escolares, construídos para este fim. É perceptível nas fotografias que tenho em meu acervo, o espírito da construção e consolidação dessa civilidade e ordenamento, no qual a escola era ambiente privilegiado para se dar a ver.

Por que fotografar prédios? Talvez por serem estes um atestado incontestável da grandiosidade do projeto republicano. Fundamentando a magnitude desse projeto de construção de escolas, abaixo apresento um pequeno histórico de algumas das escolas fundadas dentro do espírito descrito⁶⁰, algumas quais fazem parte desse estudo.

➤ **Escola Tiradentes – Bairro: Centro**

A Escola Tiradentes foi inaugurada em 1905 com capacidade para 240 alunos. Segundo consta, a escola foi fundada no local onde Tiradentes teria sido executado. Na época da fundação da escola, cogitou-se em construir um monumento em homenagem ao mártir, mas optou-se pela construção da escola que leva seu nome até hoje. Há, no saguão de entrada da escola, uma estátua em bronze de Tiradentes para homenageá-lo.

⁵⁸Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_imperador/escolas_imperador.htm>. Acesso 30 abril 2007.

⁵⁹ Pesquisando sobre a importância dos prédios escolares nas redes e tramas dos costumes retratados nas fotos, a visita à Escola Municipal Alberto Barth, fundada em 1904 no Bairro Flamengo, Zona Sul da cidade, deu-me mais uma pista para análise das fotos: o prédio escolar como currículo. Essa idéia ficou mais forte com uma fala da Coordenadora da escola ao me receber, relatando a dificuldade para a instalação do laboratório de informática atualmente, pois o pé direito (altura do chão ao teto) da construção é bem alto, conforme o costume da época, o que dificulta por demais a colocação da fiação e dos cabos para os computadores. Assunto bastante interessante, mas que não será aprofundado pelo foco do estudo ora em questão.

⁶⁰ A data de fundação das escolas e informações sobre seus prédios encontram-se no Guia das Escolas Tombadas da Prefeitura da Cidade de Rio de Janeiro (Centro de Referência da Educação Pública – E/ CREP, [s.d.]).



Foto 19
Escola Tiradentes⁶¹

➤ **Escola Campos Salles – Bairro: Centro (dentro do Campo de Santana)**

A construção do Jardim de Infância Campos Salles ocorreu entre 1908 e 1909. Em um terreno com muitas árvores, a escola foi construída para abrigar o primeiro Jardim de Infância da Cidade do Rio de Janeiro. Anos mais tarde a escola foi reformada e reinaugurada em 1944.



Foto 20
Jardim de Infância Campos Salles⁶²

⁶¹ Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/principal.htm>>.
Acesso em: 15 mar 2008.

⁶² Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/principal.htm>>.
Acesso em: 15 mar 2008.

➤ **Escola Prudente de Moraes – Bairro: Tijuca**

Segundo mensagem do Prefeito do Distrito Federal em 05 de setembro de 1905, A Escola Prudente de Moraes foi construída em um prédio escolar moderno, em terreno arborizado, com capacidade para 260 alunos.



Foto 21
Escola Prudente de Moraes⁶³

A escola também possuía salas destinadas aos professores, à biblioteca e ao locutório. Como exemplo de locutório de como era organizado este espaço e o mobiliário usado, trago a fotografia de Locutório do Liceu Pasteur em São Paulo (SP)⁶⁴.

⁶³ Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/principal.htm>>. Acesso em: 15 mar 2008.

⁶⁴ Disponível em: <<http://www.liceupasteur.com.br/galeria%202006/pages/locutorio.htm>>. Acesso em 29 abril 2007. Segundo o significado da palavra nos dicionários e a foto do Liceu Pasteur acima, o locutório parece ser uma sala para conversas particulares. É também um parlatório, segundo o dicionário Aurélio.



Foto 22
Locutório

➤ **Escola Marechal Hermes⁶⁵ – Bairro: Botafogo**

A Escola Marechal Hermes foi construída para especialmente para o funcionamento do Jardim de Infância Marechal Hermes. Inaugurada em 1915, a escola foi projetada para atender as necessidades de crianças pequenas, sendo o material utilizado em sua construção pensado como próprio de uma escola para crianças: peitoris das janelas mais baixos que o padrão; os vidros das janelas menores que os usuais à época e, dessa forma, mais seguros para um ambiente escolar para os pequenos.



Foto 23
Jardim de Infância
Marechal Hermes

⁶⁵ Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/principal.htm>>.
Acesso em: 15 mar 2008.

➤ Escola Deodoro – Bairro: Glória

A Escola Deodoro foi inaugurada em 20 de setembro de 1908 com salas de aula, gabinetes e “toilettes”. O prédio também tem um elevador que os funcionários mais antigos da escola viram funcionar. Como as plantas de escolas dessa época, a Deodoro não tinha previsto em seu projeto original a cozinha e o refeitório, sendo esses espaços adaptados posteriormente.



Foto 24
Escola Deodoro⁶⁶

O clima de euforia, de crença indefectível no progresso é quebrada com a Primeira Guerra Mundial, eclodida em 1914. Por descrença no *santo* progresso, acreditado como único redentor dos males do mundo, a *Belle Époque* se fôra.

Se a primeira década republicana foi a da demolição de antigos cenários na capital do país, a segunda década do século XX foi o tempo que se consolidaram os novos princípios de moralização, organização e civilidade. Esse período, segundo Nagle (2001, p. 64), “representa um período de fértil desenvolvimento e estruturação de idéias nacionalistas no Brasil, que se multiplicarão nas direções mais variadas no decorrer da década de 1920”. Essas idéias consubstanciaram-se, no campo da Educação, principalmente pelos livros didáticos, de conteúdo moralizante e cívico, os quais pretendiam “fornecer à criança e ao adolescente uma imagem do país adquirida por via sentimental” (id., ib.).

Com essa afirmação de Nagle, é interessante pensar no conjunto que se instaura para fazer vingar concretamente o ideário republicano reforçado pelo nacionalismo dos 1920:

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/principal.htm>>. Acesso em: 15 mar 2008.

prédios escolares imponentes, material didático – livros, sobretudo, apropriados aos seus fins -, mobiliário adequado à escola, legislação promulgada pelas Reformas do Ensino⁶⁷, tudo isso devidamente registrado pelas lentes do fotógrafo oficial da capital do país. Segundo Costa e Schawarcz (2000, p. 144), referindo-se às inovações e inventos aparecidos no empenho republicano de “redesenhar a nação”: “na escola e em casa novos mobiliários – práticos, cômodos e higiênicos – prometiam maravilhas. Bons exemplos são a ‘carteira (e cadeira) escolar ‘higiênica’, ou a ‘cadeira prática’, que economizava espaço e tempo” (as pás no original). Na foto que se segue, na armação de ferro fundido, forte como deve ser um suporte, a inscrição Brazil.



Foto 25
Carteira dupla com reservatório de tinta ao centro
Móvel escolar fabricado na cidade de São Paulo, por Eduardo Waller & C., estabelecido em 1896⁶⁸.

⁶⁷ Entre o final do Império e os anos 1930 são promulgadas muitas reformas no Distrito Federal e nos estados da federação, numa tentativa de organizar sistematicamente o ensino escolar. Haidar e Tanuri (2001), citam sete reformas de abrangência nacional no período da Primeira República, nas seguintes datas: 1890, 1901, 1911, 1915, 1925, 1926 e 1927. Assinalo as reformas, porém estas não são o foco da tese, que permanece Imagens de Professoras e o que estas representam nessa trama sócio-histórica.

⁶⁸ “Carteira dupla com reservatório de tinta ao centro, atualmente em uso em escola rural. Móvel escolar fabricado na cidade de São Paulo, por Eduardo Waller & C., estabelecido em 1896 à Rua Maria Antonia, próximo à Escola Americana (atual Universidade Mackenzie), onde Eduardo Waller era professor de trabalhos manuais. Até pelo menos 1911, Brasil se grafava com Z, daí tal inscrição na carteira, cuja data podemos afirmar que é anterior a essa época. Madeira e ferro fundido, Ed. Waller & C., c. 1900. Coleção: Escola Rural de Cunha, SP”. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/obj_a.php?t=0o1. Acesso em: 20 out 2007.

Como critério de visibilidade permanente,

para fazer ver, a escola deveria se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo de dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes – tudo devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagógica moderna evidenciasse o progresso que a República instaurava (Chagas de Carvalho, 1989, p. 25).

O capital simbólico da nação é alimentado por uma sensação estética que se põe a mobilizar os sentidos, que chama a participar da consolidação de uma nova maneira de ser, habitar e estar na cidade, de ser cidadão, enfim. De sentir-se partícipe e atuante na construção dessa nova imagem da pátria. Aliados importantes desse arranjo na revelação dos novos costumes e hábitos são os manuais de boa conduta, prescrições didático-pedagógicas na composição cotidiana do cidadão republicano, que já circulavam pelo Império, ditando posturas e comportamentos dignos dos povos civilizados europeus, tais como, não cuspir à mesa, não usar a mesma colher que todos, tomar banho pelo menos uma vez por semana (Costa e Schwarcz, 2000, p.126),

Pode-se até afirmar que o século XIX foi o “século da pedagogia”, constituindo-se no

século que, como o advento da sociedade de massa e com a afirmação do industrialismo, viu-se diante do problema da conformação a novos modelos de comportamento de novas classes sociais, de povos, de grupos, realizáveis apenas através da educação, mas uma educação nova (organizada de forma nova) regulada por teorias novas, por uma pedagogia consciente de desafio a que ela deve responder (Cambi, 1999, p.413-414).

A cidade remodelada, novos ambientes; a população regenerada, novos modos; valores pedagógicos e didáticos se espalham por todas as partes da cidade, veiculados por uma nova estética instaurada por uma nova ordem.

É também entre as décadas de 1910 e 1930 que a imigração dos povos europeus é estimulada pelo governo do Distrito Federal. Dentro dos paradigmas higienistas preponderantes à época, a população brasileira, para entrar na modernidade, tinha também de ser clareada. “Branquear” a nação é, simbolicamente, elevar o país ao status de nação civilizada, primeiro mundo, superior porque é “branco” o que, em finais do século XIX e início do século XX é um ideal universal, acima de qualquer discussão qualitativa. As Ciências Sociais tecem essa idéia e apregoam-na como

suporte indiscutível às ações empreendidas pelos governos, ao quais, executando as idéias concebidas, legitimam a teoria.

Ademais, a Europa, principalmente a França no caso brasileiro, dita moda, padrões estéticos, não só direcionados à indumentária. Em se tratando da estética como um aspecto do sensível, essa estética da sensibilidade ultrapassa o que pode ser visto; há de ser também vivida e exercida, como a prática das boas maneiras e dos bons costumes; das boas relações e dos bons nascimentos – a boa geração.

Essas idéias ancoram-se em finais de século XIX. Francis Galton em 1883, inspirado nas conclusões da teoria da evolucionista de Charles Darwin, propõe a eugenia – *eu* – boa; *genus* - geração. Para ele, pela eugenia, através de métodos estatísticos e genealógicos, poderia se provar que a capacidade humana era sumamente biológica, resultado da natureza do ser. As idéias de Galton foram aceitas pela elite brasileira que, a partir de suas considerações, aplicou a teoria com seus postulados à construção da nação. Sobretudo à regeneração da população brasileira, incentivando os casamentos entre a população branca e, por outro lado, desaconselhando as relações entre pares negros e pardos. Segundo Dávila (2006, p. 21), “as elites brasileiras da primeira metade do século XX tendiam a acreditar que os pobres e não-brancos eram, em sua grande maioria, degenerados”.

O ideário cientificista que apregoa os princípios eugênicos é sentido diretamente no Rio de Janeiro com a remodelação da cidade. As obras visavam, sobretudo, a higienização e saneamento da cidade, conforme assinala acima. Nesse ponto, o darwinismo social⁶⁹ – somente sobrevivem os mais fortes -, é acrescido das idéias eugenistas de branqueamento da população. E a educação torna-se, mais do que nunca, palco privilegiado para o empreendimento das mudanças em curso.

O Brasil precisa mostrar-se didaticamente como uma nação civilizada, de novos costumes. Apresenta-se por meio de uma imagem moderna, com indústrias e, sobretudo, escolas onde essa população vai aprender o “espetáculo da civilização”. Dávila dá suporte a essa afirmação quando diz que os pioneiros educacionais⁷⁰ do Brasil transformaram as escolas públicas emergentes em espaços em que séculos de suprematismo branco-europeu foram reescritos nas

⁶⁹ Segundo Schwarcz (1993, p. 55), citando Hofstadter “o darwinismo forneceu uma nova relação com a natureza e, aplicado a várias disciplinas sociais – antropologia, sociologia, história, teoria política e economia -, formou uma geração social-darwinista”.

⁷⁰ O trabalho de Dávila (2006) faz uma análise da política social e racial no Brasil entre 1917 e 1945, pautando-se na discussão dos princípios eugênicos que guiavam as reformas sociopolíticas no Brasil. O autor foca a cidade do Rio de Janeiro em seu trabalho por ser a capital do país e difundir hábitos e costumes.

linguagens da ciência, do mérito e da modernidade. As escolas que eles criaram foram projetadas para imprimir sua visão de uma nação brasileira ideal, naquelas crianças sobretudo pobres e não-brancas que deveriam ser a substância daquele ideal” (Dávila, 2006, p. 24).

Dentro desse quadro, praticamente toda a sociedade e paisagem carioca tornam-se pedagógicas por excelência: uma nova cidade, novas ruas e construções, novos prédios, um novo cidadão que vai ser construído na escola para habitar a nova cidade. Caberia à escola e a suas professoras o “regenerar” do povo, fazê-lo nascer de novo, deixando para trás um estado primitivo, de barbárie rumo a uma nova civilização dos costumes. Regenerar aos olhos republicanos é nascer de novo, civilizado. A natureza de um povo “atrasado” se corrige através da sua higienização e da educação; é assim que se aperfeiçoa uma nação (Scharwcz, 1993).

A preocupação estética aos moldes positivistas e cientificistas era tão premente que havia também a necessidade de um novo tipo de escola que desse conta da nova formação proposta e almejada. Assim, o modelo educacional racionalizador e civilizante toma, no Brasil, diferentes faces. Em São Paulo, inicialmente em 1893, e em vários estados brasileiros, a implantação dos grupos escolares é a iniciativa mais marcante desse novo modelo escolar. Segundo Souza (1998, p. 20) os grupos escolares demonstram

um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades de universalização da educação popular.

Na nova ordem a ser alcançada, os GEs são fundados como “templos de civilização”, no dizer de Souza (1998), onde serão operadas as modificações necessárias, dentro da ordem para alcançar o progresso. Para tal, havia a necessidade de atingir, de demonstrar, de divulgar, enfim, o modelo de escola e o que se esperava da criança que nela ingressaria, assim como propagar a imagem da professora em seu ofício. Dávila (2006, p. 56) aponta que nessa harmonia procurada, “os professores ensinavam aos alunos que ser parte da raça era a chave para a cidadania e o sucesso”. Assim, segundo o autor, o caminho para o êxito era descartar as velhas práticas e instaurar novas maneiras, que deveriam ser fortalecidas utilizando-se variados meios, dentre esses, os registros fotográficos, acredito eu.

Dessa forma, dentro do projeto de estruturação da nação brasileira, os grupos foram criados, primeiramente nos grandes centros urbanos com a intenção de reunir em um só edifício as escolas isoladas em determinadas localidades,

seguindo assim os princípios científicos de racionalização, padronização e economia presentes no Positivismo dos primeiros republicanos.

Por essa nova orientação, os GEs se contrapõem à “escola antiga”, autoritária, de castigos físicos, na qual era empregado o método individual com uma só professora para todas as etapas de escolarização (chamaríamos, mais tarde e ainda hoje de séries). Ao contrário, os grupos se organizavam em várias classes, com uma professora para cada uma, com o ensino simultâneo aplicando o método intuitivo⁷¹. O castigo físico foi rareando, quando não abolido de vez nos GEs.

Vidal (2006) narra a organização dos Grupos Escolares da seguinte maneira:

constituindo-se como escolas graduadas, os Grupos Escolares aglutinavam em um mesmo edifício as antigas escolas isoladas, organizando a docência em torno de séries que passavam a corresponder ao ano civil e eram concluídas pela aprovação ou retenção em exame final. O ensino seriado e seqüencial substituiu as classes de alunos em diferentes níveis de aprendizagem, sob a autoridade única do professor [...].

A escola graduada - os GEs -, estabelece um outro ritmo para a infância: a matrícula era para crianças de 7 a 12 anos, com frequência obrigatória para a promoção. Um ritmo compassado, escandido, orquestrado e regido por normas e regras de ordem, moral e boa conduta. Artífice dessa peça, a professora tem papel central nessa apresentação. Instauram, por essa sistemática, novos tempos na ordem das famílias e da cidade que vão sendo absorvidos como rotinas que, aparentemente, sempre fizeram parte da vida cotidiana. Não é por acaso que muitos prédios dos Grupos Escolares traziam um relógio no frontão: “é hora da escola”, lembravam os imensos relógios aos transeuntes e às crianças.

Nesse palco, foco das atenções, as escolas com seus prédios imponentes tornam-se o teatro onde as professoras passam a exercer o papel de protagonistas dessa trama. Lecionar nos GEs passou a ser símbolo de distinção e status socio-profissional, posto que a essas professoras, além de melhores condições de trabalho, com espaço físico e material didático adequado, percebiam também melhores salários que os de suas colegas nas escolas isoladas.

Na verdade, como assinala Souza (1998), os GEs estabeleceram uma “nova cultura escolar” dentro das seguintes premissas:

⁷¹ O método intuitivo será discutido mais adiante. Adiantando a discussão, é o método que tem raízes na pedagogia de Fröebel e Pestalozzi, o qual ficou popularizado como “lições de coisas”. Rui Barbosa em seus Pareceres (1882 e 1883) já recomendava as lições de coisas como adequado à escola “renovada”.

- a racionalização e a padronização do ensino;
- a divisão do trabalho docente pelas séries e etapas da escolarização;
- a classificação e distribuição dos alunos por classes;
- o estabelecimento de exames períodos e de promoção;
- a necessidade, para tais inovações, de prédios próprios e bem aparelhados;
- o estabelecimento de programas de ensino e instrução amplos e enciclopédicos;
- a profissionalização do magistério como carreira profissional com a devida formação;
- novos procedimentos de ensino.

No novo ordenamento escolar dos grupos, a figura do Diretor Geral tomava corpo. O interessante é que nem sempre essa função era exercida por mulheres. No mais das vezes, no início dos GEs, o cargo de Diretor era ocupado por homens. Essa organicidade de papéis acaba por fundar uma hierarquia funcional pública, posto que também é dessa época a instauração de concursos públicos para o preenchimento do cargo de professora da escola pública.

Este ponto traz uma reflexão que, apesar da proposta dos grupos de uma nova organização escolar, socialmente os cargos “mais altos”, de chefia, ainda cabiam aos homens. Às mulheres, o magistério com a nobre missão de “parir” uma nova geração de “boa cepa”, educada, moralizada e consciente de seus deveres como cidadão da república. Aos homens, o estabelecimento e manutenção da ordem e, sobretudo, a verificação de que os papéis atribuídos estivessem sendo cumpridos com afinco.

Entretanto, com todas essas “vantagens” apregoadas e dadas a ver, os GEs não tiveram muito destaque no Distrito Federal, cidade do Rio de Janeiro. Se em São Paulo estes foram instalados desde 1893, no Rio só se estabelecem em 1897, cabendo às escolas municipais dar conta da tarefa educativo-civilizatória.⁷²

O primeiro Grupo escolar do Rio de Janeiro foi designado G. E. Benjamin Constant⁷³, no antigo prédio da Escola Matriz de São Sebastião, anteriormente uma das “Escolas do Imperador”. Diferentemente de São Paulo e outros estados brasileiros, os GEs no Distrito Federal não se impuseram como um confronto entre o velho e o novo. Passaram a ser instalados em antigos prédios de construção colonial, não representando efetivamente um rompimento radical com o modelo escolar anterior.

Tal se confirma com a informação de Câmara e Barros (206, p. 289) quando explicam que “logo em 1898, a partir do Decreto nº 583 (583-A), a designação de grupo

⁷² Cf Câmara e Barros (2006, p. 277-298).

⁷³ Segundo o E/CREP, o GE Benjamin Constant ficava nas cercanias do Praça Onze, Centro do Rio de Janeiro.

escolar foi substituída por escola-modelo”. Os autores continuam e relatam que as escolas-modelo foram extintas por decreto em 1914, não tendo se constituído como, de fato, representativas de um novo modelo para a escola primária do Distrito Federal.

Contudo, se os Grupos Escolares não tiveram muita expressão na constituição do proto-sistema escolar do Distrito Federal, isso não quer dizer que os princípios que regiam os GEs não lograram êxito. Ao contrário, o Rio de Janeiro estava se conformando cada vez mais como “vitrine e espelho” (Kessel, 2001), servindo de exemplo ao restante do país, como força motriz da construção da nação.

Para que esse ponto fique estável, Cambi aponta que no curso do século XX, o esforço para realizar uma escola eficaz numa sociedade em crescimento e transformação foi realmente enorme, em relação a aspectos políticos e normativo-jurídicos e a aspectos didáticos, operando assim uma coordenação bastante profunda em toda a instituição-escola e uma colocação social cada vez mais articulada e essencial. (Cambi, 1999, p. 413).

Tomando por base a premissa acima, no curso de finais do século XIX, intensificando-se na parte inicial do século XX, foram inúmeras as reformas educacionais propostas. Essas reformas visavam modificações parciais, umas sugerindo aspectos complementares às anteriores; tinham como principal objetivo a tentativa de unificação no funcionamento das escolas públicas e das particulares, nos pontos que tangiam aos exames, carga horária, currículo e emissão de certificados.

As principais reformas oficiais no período da Primeira República foram em 1890 – Reforma Benjamin Constant; 1901 – Código Eptácio Pessoa; 1911 – Reforma Rivadávia Correa; 1915 – Reforma Carlos Maximiano; 1925 – Reforma João Luiz Alves; 1926 – Reforma Carneiro Leão; 1927 – Reforma Fernando de Azevedo. Dado os objetivos de minha tese, não é minha intenção discutir o corpo das reformas; apenas trazê-las como mais uma referência de caráter qualitativo, reforçando a premissa de que a educação na Primeira República tem centralidade nos diversos âmbitos que regulam a sociedade: político, jurídico e, sobretudo, administrativo, entre outros.

Essas iniciativas apontam que as mudanças seriam mais fortemente sentidas na Primeira República têm um lastro anterior que se pode demarcar a partir da década de 1870, eclodindo em decretos, leis, orientações e, sobretudo, ações práticas entre 1890 e 1930, sendo mais precisas a partir de 1920.

Esse movimento foi engrossado pelos intelectuais da época, dentre eles, Rui Barbosa com seus famosos pareceres. Os pareceres de Rui Barbosa foram encomendados pelo

Imperador Pedro II para esboçarem a situação em que se encontrava a educação no Brasil, entre 1882 e 1883. Nesse documento, o parecerista Rui Barbosa sublinhava a necessidade imediata da criação de um sistema de ensino articulado, que implantasse novos métodos pedagógicos, como o de “lição de coisas”, além de investimentos na formação do professorado.

Um pouco antes dos pareceres, em 1881, Rui Barbosa traduz o livro de Norman Allysso Calkins “Lições de Coisas”⁷⁴, no qual estava descrito o método intuitivo, ou tal qual o título do livro, lições de coisas. O método, *grosso modo*, partia da educação dos sentidos. Rui Barbosa via nesse método um bom caminho para a educação do povo, posto que valia-se da idéia de que o conhecimento se adquire pelos sentidos e pela observação. Essa nova pedagogia, propalando uma forma mais “eficaz” de ensino, opunha-se frontalmente àquela da memorização exacerbada e dos castigos físicos com a palmatória⁷⁵.

Malgrado os esforços de Barbosa, esse método pedagógico só tomaria corpo efetivo nas escolas públicas elementares a partir do início do século XX com a república proclamada: “à República caberia a tarefa de desenvolver qualitativa e, sobretudo, quantitativamente as escolas normais e de efetivar a sua implantação como instituição responsável pela qualificação do magistério primário” (Tanuri, 2000, p. 15).

O entendimento de que o ensino deveria ser articulado e organizado como um todo orgânico, como “sistema” cresce e toma corpo na década de 1920, num movimento mais enfático de valorização do ensino. Educação é, cada vez mais nesse período, tema de ampla discussão social.

No clamor da discussão sobre a “regeneração pelas letras”, em 1924 é fundada no Rio de Janeiro a Associação Brasileira de Educação - ABE. Essa associação, composta por entusiastas da educação, alguns de renome nacional, como Heitor Lyra da Silva, Carneiro Leão, Fernando de Azevedo entre outros, propôs uma série de debates, cursos e conferências que pretendiam reunir os interessados nos assuntos educacionais, de caráter nacional. A proposição era, além da profissionalização dos professores, principalmente o estabelecimento de uma política nacional de educação, onde o poder central se encarregasse de reger as ações educativas. Constava da divulgação da ABE atividades de caráter moralizador e regenerador, bem ao clima da época, tal como o esporte na busca de uma vida saudável, símbolo de vigor e

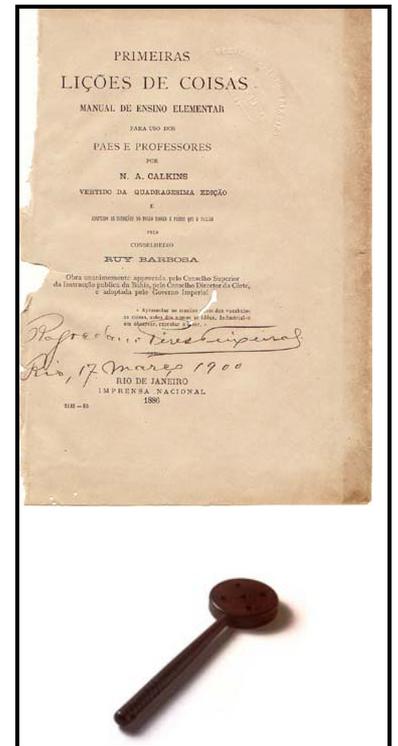


Figura 18
Abertura do livro “Lições de coisas” e palmatória.

⁷⁴ Imagem disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/>. Acesso em: 01 mar 2008.

⁷⁵ Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/txt_html/mem/obj/obj_a/f08_08b.htm >. Acesso em: 01 mar 2008.

força, coordenando cada gesto como gesto útil ao trabalho e que engrandece a pátria.

Assim, dentro da perspectiva da visualidade na divulgação de novos hábitos, “dar publicidade a modelos de comportamento estabelecendo-se padrões que incidiam sobre a vida familiar, as relações de trabalho e o lazer no cotidiano urbano foi o denominador comum das práticas comemorativas da ABE carioca” (Chagas de Carvalho, 1989, p. 78-79), bem de acordo com o projeto de remodelação e construção de uma nova cidade para um novo cidadão, posto em andamento desde 1903⁷⁶, concretamente.

Data também da década de 1920, as fases que Nagle (2001) denomina de “entusiasmo pela educação e de otimismo pela educação”, períodos nos quais se apresentam com mais ênfase os ideais da Escola Nova no Brasil.

Antonio Carneiro Leão, educador militante, autor de vários artigos e ensaios sobre educação, é nomeado e ocupa o cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, de 1922 a 1926, sendo sucedido por Fernando de Azevedo. Imbuído dos propósitos cívico-higienistas que grassavam nos pensamentos e ações efetivadas na cidade, põe em prática nas escolas municipais da capital do país uma série de medidas médico-educativas: sua preocupação prioritária era com a saúde escolar (Mendonça, 1997).

Para ele, a prevenção e cuidados com a saúde deveriam estar dentro da escola, no tempo destinado às aulas para o cultivo da boa saúde, visto que um povo de saúde debilitada não terá forças para o trabalho que demanda a empresa na construção da civilidade. Uma de suas iniciativas foi a instalação de gabinetes dentários nas escolas públicas municipais.

⁷⁶ Cada vez que se toca no projeto de remodelação da capital do país percebe-se a magnitude e o alcance de tal projeto (significando lançamento para frente); em 1922, na gestão do Prefeito Carlos Sampaio, a “velha” estética cidadina é mais uma vez abalada: Sampaio dá início ao desmonte do Morro do Castelo, berço da cidade do Rio de Janeiro, para abertura da Esplanada do Castelo, local amplo, ventilado, atendendo aos cânones higiênicos “modernos e civilizados”, deslocando os habitantes desses espaços para a periferia. Mais uma vez, a cidade vira as costas aos habitantes que fizessem lembrar um passado “sujo e bárbaro”.



Foto 26
Consultório Dentário na Escola Prudente de Moraes
Augusto Malta – 14.09.1926 (na foto)

Há de se cultivar os bons hábitos desde a mais tenra idade, como fotografado e oficialmente registrado. Na sua concepção de um sistema educacional formativo, para Leão o mais importante era a saúde. Nesse sentido, a solução seria adotar duas estratégias: fazer o saneamento básico no Brasil e esclarecer a população, usando a escola como agente multiplicador de informação.

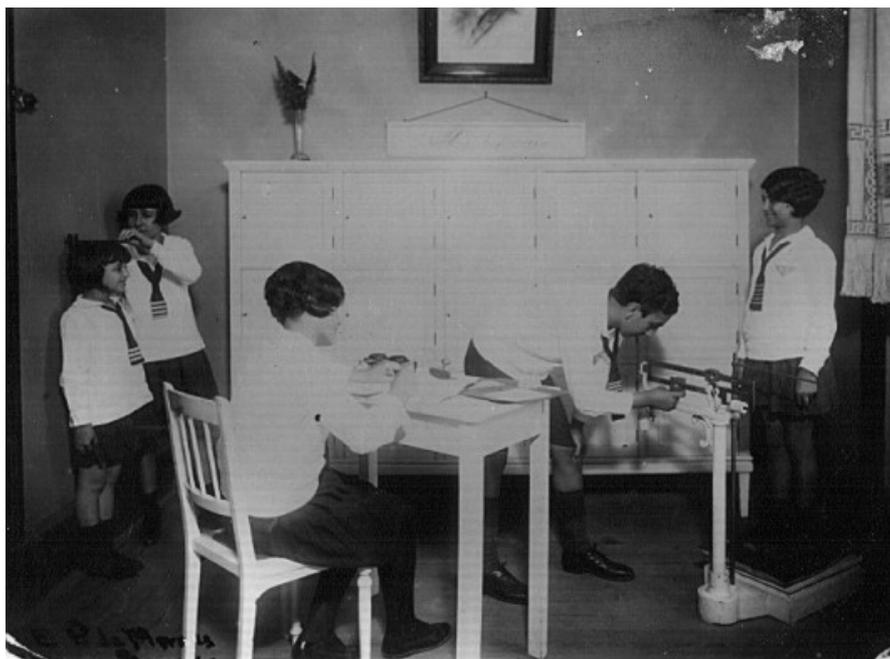


Foto 27
Escola Prudente de Moraes
Augusto Malta – década de 1930

Também foram criadas formas de registro que comporiam estatísticas - as “fichas sanitárias” -, nas quais seriam registrados dados como altura, peso e condições físicas dos alunos, uma “novidade” à época. Leão, como homem de seu tempo, também entende que é a educação que carrega a regeneração e promove a entrada do Brasil na modernidade. A criação de uma “educação higiênica” auxiliaria no combate às doenças **pela conscientização dos alunos e suas famílias** (Mendonça, 1997, p. 39; aspas no original; grifos meus). E é exatamente o que as crianças estão fazendo na foto acima: pesando, medindo e registrando os dados para torná-los em estatísticas que pudessem ser utilizadas no combate às doenças e mazelas da população escolar.

Lendo o trecho grifado acima e contemplando as últimas duas fotografias anteriores fica mais perceptível o empenho do Diretor da Instrução Pública na implementação da reforma de sua autoria. E, também, vejo mais firme a argumentação da tese de que há uma narrativa visual interessada em propagandear os feitos políticos, transformando-os em modelos a serem seguidos. Um “manual de visualidade”, uma “cartilha visual” que poderia ser lida e, sobretudo, aprendida por todos.

Se anteriormente a Carneiro Leão já havia a preocupação de registrar os aspectos externos das reformas urbanas, com ele, se reforça a idéia de que as transformações no interior da escola também têm que ser catalogadas para a montagem de um acervo exemplar, trazendo para o recôndito do eu individual a responsabilidade de mudança do coletivo. Assim, é pelo cultivo da infância que se forja uma nação sadia e capaz.

Aos alunos “débeis”, de saúde fraca, eram distribuídos copos de leite e pratos de sopa, para seu fortalecimento. Além de alimentação adequada, a “Escola para Débeis” – Escola Minas Gerais, localizada no bairro da Urca -, previa um programa pedagógico que incluía medicamentos, exames clínicos e laboratoriais, banhos de sol e educação física. O Diretor da Instrução Pública chamava esse programa de “educação total” (Mendonça, id.), provavelmente inspirado no antigo princípio “*mens sana in corpore sano*”.



Foto 28
Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca
Augusto Malta – 06.12.1929

Com Carneiro Leão, a educação física se tornaria uma prática escolar nas escolas públicas do Distrito Federal, mesmo para moças, como mostra a fotografia acima, registrando uma aula de ginástica no Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca (Tijuca), fotografada oficialmente por Augusto Malta em 06 de dezembro de 1929 (na foto). Mesmo não sendo mais em sua gestão, essa prática permanece e toma corpo em programas divulgados pelos meios de comunicação.

É da década de 1932 o programa de rádio “Ginástica pelo Rádio”, apresentado diariamente de 1932 a 1983, pelo professor Oswaldo Diniz Magalhães⁷⁷.

Significante para a discussão aqui apresentada é o fato pelo qual o professor Diniz relata ter se interessado pela divulgação de um programa de saúde:

em 1927, em Montevideu, segundo ele, dias antes, examinando dados estatísticos e culturais do Brasil, observou “três melancólicas revelações”: **o baixo nível de saúde da população**, a pouca aplicação das atividades físicas e os precários recursos técnico-pedagógicos da difusão educativa em todo território nacional. (Revista do Conselho Federal de Educação Física, 2003⁷⁸; aspas no original; grifos meus).



Foto 29
Prof Oswaldo Diniz

⁷⁷ Disponível em:

<<http://www.gices-sc.org/HistoriaGinasticoRadio.pdf>>. Acesso 15 jan. 2008. A foto do Prof Diniz também se encontra neste endereço eletrônico.

⁷⁸ Disponível em:

<<http://www.gices-sc.org/HistoriaGinasticoRadio.pdf>>. Acesso 15 jan. 2008.

No relato de Diniz, constatamos a força do pensamento de uma época. Certamente porque somos seres sociohistóricos refletimos e refratamos, à maneira de Bakhtin, idéias e ideais perseguidos pela contemporaneidade da qual somos construtores e construídos. Assim, Diniz ao expressar o foco de suas preocupações tomou para si parte da responsabilidade na melhora da nação; sua cota de pertencimento se deu através da implementação de um programa que pudesse minorar e, quem sabe, extinguir essa mazela, assim, como Carneiro Leão, à frente de um departamento educacional, pôs em execução um ideário civilizatório que, nesse momento, passa do plano ideal para o real.

Carneiro Leão, de acordo com Paulilo (2003, p. 114-115) inicia um modelo de escolarização de massas que vai caracterizar a Escola Nova⁷⁹ no Distrito Federal, implementando uma série de ações, entre estas “a construção de prédios escolares, a reforma do ensino normal e profissional, a inspeção médica, a organização dos pelotões de saúde, dos museus escolares, do escotismo, e a introdução do cinema educativo”. Havia de se aprender a limpeza do corpo na escola. Assim, ensinar a escovar os dentes era também uma das tarefas escolares que deveria ser cumprida por todos.



Foto 30
Escovando os dentes
Escola Prudente de Moraes
12.12.1931
Augusto Malta

⁷⁹ O ideário da Escola Nova entra no Brasil a partir de finais do século XIX. Porém, toma força a partir da década de 1920. Esse tema será melhor abordado mais adiante neste trabalho.

O escotismo⁸⁰ faz parte desse programa de educação moral e patriótica e foi bastante fomentado à época, sendo recomendado com uma prática salutar de disciplinamento, e cultivo dos bons hábitos. Praticar o escotismo relacionava-se à construção e defesa da pátria. Com esse mote, o escotismo foi introduzido no Brasil em 1910, na cidade do Rio de Janeiro, onde foi impulsionado por Olavo Bilac e Mário Cardin.

A Associação Brasileira de Escoteiros foi criada em 1914. Em 1917, a Liga de Defesa Nacional reconheceu a Associação Brasileira de Escoteiros como sua filiada e como instituição nacional, entregando-lhe a missão de centralizar todo o trabalho de escotismo no Brasil, congregando as associações de escoteiros já espalhadas pelo Brasil⁸¹. Segundo Nagle (2001), era parte dos deveres dos escoteiros previstos em regulamento da Liga Nacional, defender e honrar a pátria, o trabalho, os heróis nacionais, além de combater o analfabetismo e promover o amor à justiça e às tradições brasileiras.

A foto abaixo deixa ver ao fundo alguns meninos com o uniforme típico dos escoteiros, na Escola Minas Gerais. Surpreendentemente, os anais do movimento registram que os primeiros uniformes de escoteiros trazidos da Inglaterra para o Brasil desembarcam do Encouraçado Minas Gerais, na cidade do Rio de Janeiro em 1910. Esses uniformes vieram com os militares que tinham interesse em fundar o Movimento Escoteiro no Brasil. Assim, paira a hipótese da foto oficial (pois tem o registro de Augusto Malta) estar homenageando o movimento, bem como o divulgando em uma escola também oficial, nos termos de “dar a ver para que melhor se aprenda modos e comportamentos”.

⁸⁰ Segundo Souza (2000), “o escotismo surgiu na Inglaterra por volta de 1907, por iniciativa do general Lord Robert Stephenson Smyth Baden-Powell, cujas bases foram lançadas no livro *Scouting for Boys* (1908). A experiência inglesa logo se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos.

⁸¹ Cf em <<http://www.escoteiros.org>>



Foto 31
Escola Minas Gerais
Foto de Augusto Malta – 1928

Em relação ao “palco dos acontecimentos”, a tradição republicana ligada ao espaço escolar é continuada por Leão, que empreende a construção de novos prédios escolares para abrigar as escolas. Esses edifícios eram construídos segundo orientações médico-sanitárias de arejamento e condições adequadas às crianças. se bem analisarmos, a temática do espaço tem sido preocupação constante para os Republicanos de primeira hora. A remodelação e reconstrução da cidade, com prédios e avenidas imponentes⁸²; a edificação e adaptação de espaços escolares; as praças e esplanadas que levam nomes de políticos e vultos importantes da época demonstram essa preocupação. Mais ainda se firma essa hipótese quando contrastamo-na com o espaço do registro fotográfico, uma representação bidimensional de realidades multidimensionais.

Simbolicamente, segurar esses espaços no papel fotográfico é apropriar-se do espaço fotografado, fazendo dele território particular e bem conhecido. É tornar-se dono e ocupá-lo, rechaçando estrangeiros que ousem invadi-lo. Ou seja, a construção desse conjunto arquitetônico é também uma apropriação da identidade de um povo, que passa a conhecer e utilizar o espaço que toma para si.

⁸² Para se ter uma idéia da importância estética do espaço a ser ocupado e onde ocupá-lo, o engenheiro Paulo de Frontin chefiava a comissão dos prédios que seriam construídos na Avenida Central à época de sua inauguração em 1905, tomando nas mãos a tarefa de fiscalização dos locais *apropriados* para determinadas construções. Nada poderia ser erguido sem estar de acordo com os planos estéticos previamente organizados.

Na década de 1920, outra inquietação desponta para as autoridades: a imigração, estimulada nos anos anteriores, agora é fato de preocupação, posto que os imigrantes preservavam alguns costumes, dentre eles, sua língua de origem. Fomentando o movimento nacionalista, as autoridades brasileiras unem ao ideário civilizatório republicano a valorização da língua portuguesa, além dos costumes e hábitos brasileiros.

A busca por uma identidade nacional brasileira, mais do que nunca, passa a compor o projeto de civilidade almejado pelos governantes. Desse modo, ocupar o espaço torna-se urgente em todos os sentidos, seja este concreto, tanto quanto o simbólico, como pela fotografia. Lembro aqui o fato de que alguns povos primitivos não se deixam fotografar, pois para eles isso significa o aprisionamento de sua alma. Sob essa perspectiva, a questão da conquista e da tomada do espaço simbolicamente pela fotografia pode não parecer tão absurda assim.

Complementando, Carneiro Leão definia por “métodos modernos de educação” o pragmatismo de John Dewey e a escola sensível de Fröebel. Segundo Mendonça (1997, p. 53-55), para o Diretor da Instrução Pública, “o ensino deve dar ênfase à utilização de material concreto para estimular os órgãos dos sentidos, facilitando a aprendizagem. Esse material pode ser confeccionado pelos próprios estudantes”.

Essa orientação, fruto das concepções escolanovistas que adentraram fortemente no Brasil a partir da década de 1920, foi continuada por Fernando de Azevedo à frente da Instrução Pública do Distrito Federal, de 1927 a 1930⁸³. Paulilo (2001, p. 9) organiza de maneira didática essa continuação quando aponta que

a reforma Carneiro Leão se deteve na infra-estrutura do aparelho escolar da capital, procurou modificar-lhe o funcionamento, prestou-se a qualificar as funções da instrução pública no sentido de fazê-la tender para um sistema de educação. A reforma Fernando de Azevedo, em compensação, para modificar aquela estrutura, cuidou do seu modelo de ação.

O Diretor Geral acreditava que a educação deveria ser “igual para todos, organizada em regime de vida e trabalho em comum, própria para desenvolver a consciência social de

⁸³ Segundo Abdala (2003, p. 4), essa reforma ensejou várias outras pelos estados do Brasil. Diz a autora que “pautadas nessa concepção educacional, foram realizadas as reformas de Francisco Campos em Minas Gerais, em 1927; a de Fernando de Azevedo, no Rio de Janeiro; a de Carneiro Leão, em Pernambuco, em 1928; a de Lourenço Filho, em São Paulo, em 1930; e a de Anísio Teixeira, no Rio de Janeiro, a partir de 1931”.

igualdade, solidariedade e cooperação, e a consciência econômica do trabalho produtivo” (Azevedo, s/d, p.19), atendendo obrigatoriamente até 18 anos e sempre gratuito. *Grosso modo*, os princípios da Escola Nova “traduzidos” no Brasil baseavam-se no tripé manifestações cívicas e patrióticas, ensinar a ler, escrever e contar, e difundir a escola pública para todos. Tendo esses pilares como base, a reforma proposta e promulgada em janeiro de 1928 fez mudanças do ensino técnico profissional, no ensino primário e o normal.

Em relação a esta última modalidade de ensino, o Curso Normal, Azevedo deu impulso a várias iniciativas de vulto, dentre elas a criação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, inaugurado em 1932 tomando lugar da antiga Escola Normal. Tudo isso fotografado e publicado para posteridade⁸⁴.

A questão do registro, da criação de um discurso visual, parece que continuando a tendência fotodocumental inaugurada por Pereira Passos, é forte para Fernando de Azevedo: ele contrata outro fotógrafo renomado do Rio de Janeiro, Nicolas Alagemovits, para registrar em foto as obras e iniciativas da Reforma, junto com Augusto Malta. Segundo Abdala (2003), em seus estudos, a autora pôde afirmar que a fotografia de Malta tinha preocupação mais fotojornalística, documental, enquanto a produção de Alagemovits tinha um caráter mais artístico, dos grandes planos paisagísticos. Assim, não havia choque de estilo, mas ao contrário, os olhares se completariam.

Esse ponto parece ir coincidir com a vocação pedagógico-estética dos governantes da cidade do Rio de Janeiro, moldada desde o início de sua fundação⁸⁵. Considero, como um dos fatos que podem confirmar essa tendência, o convite de D. João VI, em 1816 a um grupo de artistas franceses para aportarem no Brasil, a Missão Artística Francesa. É criada, então, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, por decreto, no dia 12 de agosto de 1816⁸⁶.



Figura 19
Gravura de Debret

⁸⁴ As fotografias de realizações de Fernando de Azevedo têm sido estudadas por alguns autores, dentre esses destaco o artigo de Rodrigues e Abdala, “A Representação Fotográfica do Ensino Profissional Feminino na Reforma Fernando de Azevedo”. As autoras, em sua análise, utilizam fotografias de jornais da época dos eventos. (Disponível em <<http://www.fe.unb.br/revistadepedagogia/numeros/05/artigos/Revista%20de%20Pedagogia%20-%20numero%2005%20artigo%2004.pdf>>).

⁸⁶Disponível em http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=340> Acesso 30 jan 2008)

A Academia de Belas Artes, como foi chamada mais tarde a Escola Real em 1826, ensinava e divulgava os cânones neoclássicos das Belas Artes, principalmente a pintura, o desenho, a gravura e a escultura. Jean Baptiste Debret⁸⁷ (1768-1848) integrava o grupo de franceses e foi *cronista visual*, registrando os hábitos e costumes do cotidiano da cidade, em desenhos e gravuras que são objeto de estudo multidisciplinar, como é característico dos *textos visuais*. Esta fundação também pode ser considerada no bojo dos projetos civilizatórios, nos séculos seguintes, expandidos pelos prefeitos e governantes da cidade. O ensinar a ver, como se pode perceber, é um projeto de longa data na cidade. É pela imagem fotográfica que também se ensina um novo comportamento e, sobretudo, um olhar sensível, que solicite todos os sentidos nessa aprendizagem.

Independentemente da preocupação de estilo, o fato é que Azevedo provavelmente reconhecia a importância do registro fotográfico como uma estratégia de convencimento e divulgação das inovações que efetivava. É apontada em várias biografias⁸⁸ de Fernando de Azevedo sua filiação com a fotografia desde os tempos de colégio, o que talvez possa ter deixado marcas e justifique essa opção de registro visual memorialístico dos empreendimentos que executava pelas reformas.

A reforma azevediana também se calcava, além de nas inovações nas práticas pedagógicas escolares, na construção de prédios escolares imponentes e que tivessem visibilidade. Se, metaforicamente, poderia se falar em uma “arquitetura da identidade nacional” a ser construída pela escolarização, essa metáfora torna-se literal para Azevedo em sua gestão. É Abdalla que confirma essa proposição, relatando que

ao assumir a Diretoria Geral de Instrução Pública, Azevedo elaborou, como uma de suas primeiras providências no cargo, um projeto para recuperar os prédios antigos, insuficientes e precários, e para construir novos prédios, de acordo com o estilo neocolonial, visando promover o nacionalismo (Abdalla, 2003, p. 149).

⁸⁷ Gravura disponível em:

http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.terra.com.br/isto/1914/fotos/semana_02.jpg&imgrefurl=http://www.terra.com.br/istoe/1914/1914_semana_01.htm&h=130&w=180&sz=8&hl=ptBR&start=18&tbid=5zJfNCiKVyXGqM:&tbnh=73&tbnw=101&prev=/images%3Fq%3Dgravuras%2Bde%2Bdebret%26gbv%3D2%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DG Acesso em: 20 mar 2008.

⁸⁸ Dentre essas, cito o trabalho de Nelson Piletti (1994), “Fernando de Azevedo”, e de Abdalla (*op. cit.*).

São realizados concursos, promovendo prêmios para edifícios que representassem a “verdadeira” arquitetura nacional (Kessel, 2002). Esse estilo julgava-se ser o neocolonial. O estilo neocolonial fazia parte do projeto nacionalista empreendido pela intelectualidade brasileira a partir da década de 1920. Era preciso criar uma identidade nacional também pelas construções que ocupariam local privilegiado na estrutura da cidade sede da República, o Rio de Janeiro. Na falta de um estilo arquitetônico que pudesse substituir as influências do estilo europeu eclético até então bastante presente nas fachadas e construções, a “volta às origens” das tradições coloniais brasileiras toma centralidade nesse projeto.

Mais uma vez, a preocupação estética na ocupação espacial se faz fortemente presente. Como dizem Moussatche, Alves-Mazzotti e Mazzotti (2000, p. 303), a arquitetura escolar proposta nesse momento pretende “materializar uma intenção de mudança na imagem simbólica” da escola, marcando território e, sobretudo, estabelecendo marcos referenciais de um novo estado de coisas, de uma nova mentalidade como um conjunto de opiniões, de práticas, de representações que comandam o pensamento de um indivíduo ou de um grupo social.

As Reformas Carneiro Leão e Fernando de Azevedo implementam um novo estilo de se conceber e fazer educação no Distrito Federal. Se as instruções propaladas por Leão cingiam-se às questões de uma ordem interna da vida escolar (currículos, consultórios, educação física, alimentação, entre outros aspectos), a direção continuada por Azevedo visava uma ordem externa com a construção de uma imagem visível e recortada na paisagem urbana, territorializando espaços educativos em si, por sua arquitetura majestosa e exemplar.

Nesse sentido, Paulilo complementa o pensamento explicitado acima:

função e estilo, também, predominaram no momento das realizações. O aparato pedagógico ostentado no espaço escolar por meio de laboratórios e oficinas, os aparelhos de cinema e os instrumentos profiláticos (gabinetes médicos) e sanitários (privadas, sabão, escovas de dentes, banheira) dariam efetivamente o sentido do moderno aos edifícios construídos para as escolas primárias[...]. Na mesma proporção esses edifícios resgatavam, pelo estilo que foi dado à sua arquitetura, a história do país enquanto representação de um passado harmônico e equilibrado em cuja tradição se forjaria a identidade nacional (Paulilo, 2001, 53-54).

As idéias e concepções dessas reformas foram continuadas na gestão de Anísio Teixeira frente ao Departamento de Educação do Distrito Federal, de 1931 a 1935. Teixeira implementou várias das idéias esboçadas e iniciadas por seus antecessores que ocuparam o mesmo cargo, com a construção de várias escolas.

Da mesma época e fundadas sob a mesma concepção de modernidade da Escola Estados Unidos (1930 - Bairro do Catumbi), são a Escola Argentina (fundada em 1924 por Carneiro Leão no Bairro da Tijuca; transferida em 1929 para o Bairro do Engenho Novo; e em 1935, transferida para Vila Isabel) e a Escola Uruguai (fundada em 1930, no Bairro de São Cristóvão).



Escola Estados Unidos
Inaugurada em 1929



Escola Uruguai
Inaugurada em 1930



Escola Argentina
(atual Sarmiento)
Inaugurada em 1929

Foto 32
Escolas em estilo neoclássico⁸⁹

⁸⁹ As datas de inauguração das escolas são do E/ CREP.

A Escola Estados Unidos fundada em 1930, foi fotografada oficialmente, como era de praxe para compor o acervo da documentação visual. Na foto a seguir, a intenção de sublinhar a arquitetura é forte, posto que o enquadramento deixa bem visível boa parte do prédio, de estilo neocolonial – colunas e arcos. As pessoas – alunos, professoras, diretora, autoridades -, parecem ter função secundária no arranjo fotográfico. Tudo isso sob a égide da bandeira estadunidense, simbolicamente na mesma altura do prédio.



Foto 33
Escola Estados Unidos
Augusto Malta – 07.03.1933 (na foto)

Os limites desta tese se fixam de 1890 a 1930, conforme anunciado desde o início do estudo. Porém a concretização de um sistema articulado de educação segue adentrando as décadas subseqüentes. Entre idas e vindas, acessos e retrocessos, seria inadmissível não atestar a importância fundamental da Primeira República como forjadora desse sistema, ensaiando formas de pensar e efetivando medidas concretas nessa busca. Sob esse ponto, a fotografia é parte da dinâmica pedagógica que se implementa, inaugurando e formalizando novas formas de escrita dos acontecimentos, dando a ler os fatos até mesmo para quem não teve a oportunidade de freqüentar os bancos escolares, mas que era habitante da cidade sede, capital do Brasil, o Rio de Janeiro.